

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. (a “Companhia” ou “Riosulense”) é uma sociedade anônima de capital aberto e tem como principal atividade a fabricação de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos, através da fundição metais ferrosos e não ferrosos, com fornecimento para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código “ON RSUL3” e “PN RSUL4”.

A Metalúrgica Riosulense S.A. está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o 85.778.074/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 42300008478. Está sediada na cidade de Rio do Sul /SC, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.160-000, onde se localiza também sua unidade fabril.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresenta um passivo circulante de R\$117.349 em contraposição ao ativo circulante de R\$58.174, gerando passivos circulantes superiores em R\$59.175 (R\$34.275 em 2010).

Apoiado no planejamento estratégico para os próximos anos, a Companhia vem adotando diversas ações para recuperação de sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, destacando-se as seguintes frentes de trabalhos:

a) Reestruturação do sistema de gestão produtiva: Aperfeiçoamento do controle interno do processo de planejamento da produção, treinamento dos profissionais, integração entre das áreas produtivas, harmonizando o fluxo de produção e gerando estabilidade dos processos produtivos, resultando na redução de custos fixos e variáveis.

b) Ampliação da participação no mercado: Ampliação dos mercados e produtos já existentes e desenvolvimento de novos mercados e novos produtos, através das tecnologias disponíveis no parque fabril, ampliando principalmente a participação da Companhia no mercado interno de reposição.

c) Despesas financeiras: Alongamento do endividamento da Companhia através da captação de novas linhas de créditos, harmonizando as despesas financeiras e equilibrando o resultado da Companhia.

Além destas ações, a Companhia continuará com a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também continuará controlando os novos investimentos.

A Administração também está fortemente focada no gerenciamento do fluxo de caixa com a renegociação das dívidas tributárias e instituições financeiras de curto e longo prazo.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram autorizadas para emissão de acordo com reunião com Conselho de Administração que ocorreu em 30 de março de 2012.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, suportadas por avaliações e julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeira, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Reapresentação dos saldos comparativos

Durante o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2011 a Companhia identificou ajustes contábeis a serem realizados sobre suas Demonstrações Financeiras. Com objetivo de apresentar tais demonstrações financeiras de forma comparativa, a Companhia está reapresentando certas rubricas de suas Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2010, assim como de seu balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2010.

Natureza dos saldos reapresentados

Abaixo demonstramos os principais ajustes e reclassificações, descrevendo a natureza do erro como seus efeitos para as Demonstrações Financeiras Comparativas, findas em 31 de dezembro de 2010.

A. Provisão para devedores duvidosos

Em 2010 a Companhia não constituiu provisão para devedores duvidosos. Desta forma, foi constituída a provisão considerada suficiente, na ocasião, para cobrir eventuais perdas com clientes e reapresentado o saldo de clientes nas Demonstrações Financeiras de 31 dezembro de 2010, assim como de seu balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2010.

B. Provisão para estoques obsoletos

Em 2010 a Companhia não constituiu provisão para estoques obsoletos. Desta forma, foi constituída a provisão considerada suficiente, na ocasião, para cobrir eventuais perdas com recuperação dos estoques mantidos e reapresentados o saldo de estoques nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010, assim como de seu balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2010.

C. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia manteve registrados investimentos que não são realizáveis, entre eles os Empréstimos Compulsórios da Eletrobrás. Em 2011 foi constituída a provisão sendo que a mesma deveria ser constituída para os períodos anteriores, assim os saldos de 31 de dezembro de 2010 e 1 de janeiro de 2010, estão sendo reapresentados para refletir tal ajuste.

D. Bens ocupados por empregados

A Companhia manteve na rubrica de propriedades para investimentos, edificações que estão em uso por empregados da Companhia, assim não se classificando como propriedades para investimento. Desta forma, essas edificações foram reclassificadas para o grupo de ativo imobilizado, no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2011. Para fins de comparação, as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro e 1 de janeiro de 2010 foram reapresentadas.

E. Terrenos mantidos para investimentos classificados como ativo imobilizado

A Companhia mantém registrado na rubrica de ativo imobilizado terrenos que não estão ocupados e possuem característica de propriedades para investimentos. Como já estão avaliados por valor justo, foram reclassificados em 31 de dezembro de 2011 para o grupo de Propriedades para investimentos. Para fins de comparação, as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro e 1 de janeiro de 2010 foram reapresentadas.

F. Ativo diferido

A Companhia manteve ativos diferidos registrados em suas demonstrações financeiras findas em 2010. Durante 2011 a mesma não identificou ativos diferidos que pudessem ser classificados como outros ativos, como, por exemplo, imobilizado e intangível e, dessa forma, reconheceu a baixa dos ativos diferidos em resultado de exercícios anteriores. Para fins de comparação, as Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro e 1 de janeiro de 2010 foram reapresentadas.

G. Multas e juros sobre tributos em atraso

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia registrou multas e juros sobre os seus impostos em atraso (INSS, IRRF, PIS, CONFIS, ICMS). Os saldos de 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2010 foram reapresentados para permitir as informações comparativas para os impostos em atraso naquela época.

H. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia revisou as contingências existentes e identificou determinados assuntos que já eram considerados com probabilidade de perdas “prováveis”, mas que não haviam sido provisionados até então. Para esses assuntos a Companhia constituiu provisão reapresentando os saldos de 1 de janeiro de 31 de dezembro de 2010.

I. Depósito judicial

Em 2010 a Companhia manteve os depósitos judiciais, classificados no ativo circulante na rubrica de outras contas a receber. Entretanto a Companhia reviu suas políticas e reclassificou esses saldos na rubrica de Depósitos Judiciais, para o ativo não circulante, em 2011. Para fins de comparação os Balanços Patrimoniais de 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2010, foram reapresentados.

J. Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia reviu suas políticas para pagamento de dividendos e percebeu a existência de dividendos a pagar provisionados e prescritos há longa data, reconhecendo tal prescrição em suas demonstrações financeiras. Para permitir efeitos comparativos, os Balanços Patrimoniais de 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2010 foram reapresentados.

K. Adiantamentos a receber de partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia reviu seus adiantamentos a receber, concedidos para partes relacionadas, e reclassificou os mesmos para o ativo não circulante por não possuir expectativa de recebimento em curto prazo. Para permitir efeitos comparativos, os Balanços Patrimoniais de 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2010, foram reapresentados.

L. Bancos conta vinculada

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia reviu a classificação do saldo em bancos - conta vinculada e reclassificou os mesmos para o ativo não circulante por essas contas estarem garantidas para os empréstimos da Companhia, existentes no longo prazo. Para permitir efeitos comparativos, os Balanços Patrimoniais de 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2010, foram reapresentados.

M. IR e CS Diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram reclassificados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 de forma a apresentar os valores líquidos por entidade contribuinte, nos termos do CPC 32.

Saldos reapresentados em 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2010, Balanço Patrimonial Ativo.

	31/12/2010	31/12/2010	1/1/2010	1/1/2010
	Reapresentado	Publicado	Reapresentado	Publicado
Ativo				
Ativo circulante	47.662	50.021	35.718	37.523
Caixa e equivalentes de caixa	47	251	211	211
Aplicações financeiras	5.250	-	3.832	826
Clientes	17.537	17.884	15.161	15.429
Bancos conta vinculada	-	5.046	-	3.006
Estoques	19.583	19.802	11.987	12.153
Impostos a recuperar	4.214	4.214	3.527	3.527
Outros créditos	951	2.744	563	1.934
Despesas antecipadas	80	80	437	437
Ativo não circulante	136.875	147.820	137.873	149.502
Realizável a longo prazo	2.654	12.876	2.723	13.367
Aplicações financeiras	96	96	202	202
Impostos a recuperar	765	765	1.150	1.150
Impostos diferidos	-	12.015	-	12.015
Depósitos judiciais	164	-	115	-
Outros créditos	1.629	-	1.256	-
Investimentos	12.698	12.208	12.066	12.186
Propriedade para investimentos	12.588	11.979	11.979	11.979
Outros investimentos	110	229	87	207
Imobilizado	121.259	121.867	122.770	122.770
Intangível	264	264	314	314
Diferido	-	605	-	865
Total do ativo	184.537	197.841	173.591	187.025

Saldos reapresentados em 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2010, Balanço Patrimonial Passivo.

	31/12/2010	31/12/2010	1/1/2010	1/1/2010
	Reapresentado	Publicado	Reapresentado	Publicado
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante	82.702	81.782	62.693	62.721
Fornecedores	12.740	12.740	10.837	10.837
Empréstimos e financiamentos	42.566	42.566	35.087	35.087
Obrigações sociais e trabalhistas	16.061	16.061	6.682	6.682
Obrigações tributárias	5.241	4.294	2.104	2.104
Parcelamento tributário	4.727	4.727	6.673	6.673
Outras obrigações	1.367	1.394	1.310	1.338
Passivo não circulante	76.911	87.649	82.274	91.954
Empréstimos e financiamentos	53.691	53.690	53.726	53.726
Parcelamento tributário	10.283	10.283	13.897	13.897
Impostos diferidos	11.212	23.676	12.926	24.331
Provisão para contingências	1.725	-	1.725	-
Patrimônio líquido	24.924	28.411	28.624	32.350
Capital social	9.214	9.214	9.214	9.214
Ajustes de avaliação patrimonial	39.068	39.117	40.705	40.754
Prejuízos acumulados	(23.358)	(19.920)	(21.295)	(17.618)
Total do passivo e PL	184.537	197.841	173.591	187.025

Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2010, Demonstração do Resultado.

	31/12/2010	31/12/2010
	Reapresentado	Publicado
Receita operacional líquida	119.325	119.325
(-) Custos dos produtos vendidos	(90.894)	(90.948)
Resultado bruto	28.431	28.377
Despesas vendas e distribuição	(10.333)	(10.275)
Despesas administrativas	(7.497)	(7.630)
Outras receitas e despesas	4.652	4.652
Resultado antes do financeiro	15.253	15.124
Receitas financeiras	4.095	4.095
Despesas financeiras	(24.761)	(23.814)
Resultado antes dos impostos	(5.413)	(4.595)
IR e CS diferido	149	(139)
Prejuízo do exercício	(5.264)	(4.734)
Prejuízo por ação, básico diluído (R\$)	(5.264)	(4.734)
Ações ordinárias	(9,03)	(8,12)
Ações preferenciais	(9,03)	(8,12)

2.1 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, banco conta vinculada, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Em caso afirmativo, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia designa certos derivativos como:

(a) hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou um compromisso firme (hedge de valor justo);

(b) hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou

(c) hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido).

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco hedgeado.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. As operações de hedge de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de hedge de fluxo de caixa.

2.4 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

2.5 Classificação de itens circulantes e não circulantes

No balanço patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

2.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e ajustado a valor presente e

pela provisão para perda, quando necessário. A provisão com perdas é calculada com base em análise do risco dos créditos, que considera o prazo de vencimento, as duplicatas vencidas, a liquidez de mercado, o nível do crédito, e a expectativa de recuperação dos recebíveis, sendo suficiente para cobrir perdas sobre os valores a receber.

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Investimento

a) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

b) Outros investimentos

Os demais investimentos são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (impairment), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável.

2.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando ocorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico.

a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para impairment.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.15 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16 Arrendamentos

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

2.17 Subvenção governamental

As subvenções governamentais, por tratar-se de concessão de empréstimo com juros abaixo do mercado, são reconhecidas conforme as políticas de empréstimos e financiamentos quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas e seus efeitos da assistência governamental são divulgados.

2.18 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.19 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20 Imposto de Renda e Contribuição Social

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o Lucro Tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

2.21 Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,6%
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados	entre 5% a 12%
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7%, 12%, 17% e 25%

2.22 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes. As despesas e custos são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e podem ser razoavelmente mensurados.

2.23 Reconhecimento da receita

a) Venda de produtos

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando:

- i) ocorrer à transferência ao comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- ii) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- iv) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

b) Receita de aluguel

Receita de aluguel resultante das propriedades para investimentos é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil.

2.24 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas. Adicionalmente, não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

2.25 Novos pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. A adoção das emendas não trouxe alterações às políticas contábeis da Companhia e não impactou seu desempenho ou a situação financeira.

2.26 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

O IASB revisou diversos pronunciamentos contábeis que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Metalúrgica Riosulense S.A. No Brasil, esses pronunciamentos somente serão requeridos após a aprovação do CPC. A Companhia pretende adotar tais normas quando

os mesmos entrarem em vigor, entretanto a Companhia antecipou sua análise e não identificou nenhum pronunciamento que impacta significativamente as demonstrações financeiras da Companhia. Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras. Na avaliação da Administração da Companhia, a adoção dessas normas não deverá trazer impactos significativos sobre duas demonstrações financeiras.

Norma	Em vigor pelo IASB
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras	após 1º de janeiro de 2012
IAS 12 Imposto de Renda	após 1º de janeiro de 2012
IAS 19 Benefícios aos Empregados	após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais	a partir de 1º de janeiro de 2013
IAS 28 Contabilização de Investimentos em associadas e Joint Ventures	a partir de 1º de janeiro de 2013
IFRS 7 Instrumentos Financeiros	a partir de 1º de julho de 2011
IFRS 9 Instrumentos Financeiros	a partir de 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas	a partir de 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 Acordos Conjuntos	a partir de 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 Mensuração de Valor Justo	a partir de 1º de janeiro de 2013

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Contudo, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras em períodos futuros devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Reavaliação de propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2011. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor

recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f) Outras premissas

Outras estimativas utilizadas na data do balanço, também incluem:

- i) estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações,
- ii) análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos,
- iii) análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4. Objetivos e políticas para gestão de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

b) Aplicações Financeiras: Os Certificados de Depósitos Bancários são classificados como mantidos para negociação e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

d) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

a) Risco de taxas de câmbio:

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio;

Análise de sensibilidade da exposição ao câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 10% e para o cenário Remoto, em 20%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado.

	Moeda	31/12/2011	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
Ativos								
Contas a receber	US\$	3.553	1,75	(444)	1,93	177	2,10	799
Passivos								
Financiamentos	US\$	2.554	1,75	321	1,93	(126)	2,10	(573)
Efeito no resultado		6.107		(123)		52		226

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros:

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento.

Análise de sensibilidade da exposição de juros

As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à TJLP e os contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada.

	Indexador	31/12/2011	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
<u>Aplicações Financeiras</u>								
CDB´s/Outros	CDI	6.624	11,50%	762	12,65%	838	13,80%	914
<u>Financiamentos</u>								
Capital de giro/Financ.	CDI	64.614	11,50%	(7.431)	12,65%	(8.174)	13,80%	(8.917)
Badesc	TJLP	6.276	6,25%	(392)	6,88%	(431)	7,50%	(471)
BNDES	TJLP	3.034	6,25%	(190)	6,88%	(209)	7,50%	(228)
Prodec	-	14.726	2,00%	(295)	2,00%	(295)	2,00%	(295)
Finep	-	2.983	5,00%	(149)	5,00%	(149)	5,00%	(149)
Efeito no resultado				(7.695)		(8.420)		(9.146)

c) Risco de crédito:

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas por agências independentes de rating.

d) Risco de preço dos materiais:

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez:

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital:

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

g) Gestão de risco de capital:

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

h) Derivativos:

A Companhia, em novembro de 2010, contratou 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 194 mil, relativo aos juros de uma operação de crédito denominada Cédula de Crédito à Exportação (NCE), com o objetivo de mitigar riscos da desvalorização da moeda Real frente ao Dólar Norte Americano. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 875 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31.12.2011 restam 12 operações que representa o montante de US\$ 111 mil (R\$ 501 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, em setembro de 2011, a Companhia contratou outras 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 747 mil com o mesmo objetivo citado no parágrafo anterior. A Companhia vem reconhecendo a variação dos instrumentos financeiros no resultado do exercício. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 3.328 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31.12.2011 restam 15 operações que representa o montante de US\$ 659 mil (R\$ 3.144 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Caixa	1	1
Banco conta movimento	447	46
Total de caixa e equivalente a caixa	448	47

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Banco conta corrente vinculada a empréstimos	6.180	5.046
Fundo de liquidez – CDB	375	193
Títulos de capitalizações	69	107
Total de bancos e aplicações financeiras	6.624	5.346
Circulante	5.660	5.250
Não circulante	964	96

Em 31 de dezembro de 2011 as aplicações financeiras estavam aplicadas em CDBs sendo remuneradas por taxas de 0,80% a 1,00% do CDI (0,90% a 1,10% do CDI em de 2010). Tais taxas podem ter referência diária ou mensal, dependendo a característica da aplicação na instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui um saldo de R\$6.180 bloqueados e mantidos como garantia para os empréstimos contratados (R\$5.046 em 2010).

6. Clientes

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Contas a receber de clientes mercado interno	17.599	13.271
Contas a receber de clientes mercado externo	6.663	4.644
Total do contas a receber	24.262	17.915
Provisão para devedores duvidosos	(451)	(378)
Total de clientes	23.811	17.537

Os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por títulos em carteira no valor de R\$4.143.

Aging-list contas a receber de clientes	31/12/2011	31/12/2010
Títulos a vencer superior a 90 dias	214	180
Títulos a vencer até 90 dias	14.340	10.316
Vencidos em até 90 dias	6.585	4.856
Vencidos de 90 a 180 dias	609	1.106
Vencidos superior a 180 dias	2.514	1.457
Contas a receber de clientes	24.262	17.915

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

Saldo em 01/01/2010 - reapresentado	(270)
Títulos baixados permanentemente	-
Constituição de provisão	(108)
Saldo em 31/12/2010 - reapresentado	(378)
Títulos baixados permanentemente	31
Constituição de provisão	(104)
Saldo em 31/12/2011	(451)

7. Estoques

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Produtos acabados	8.268	7.182
Mercadorias para revenda	1.749	1.633
Mercadorias em consignação	2	2
Produtos em elaboração	2.686	3.878
Matéria prima	4.687	2.896
Almoxarifado	4.382	4.210
Provisão para estoques obsoletos	(232)	(218)
Total dos estoques	21.542	19.583

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

Saldo em 01/01/2010	(191)
Constituição de provisão	(27)
Saldo em 31/12/2010	(218)
Constituição de provisão	(14)
Saldo em 31/12/2011	(232)

8. Impostos a recuperar

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
PIS a recuperar	820	782
COFINS a recuperar	3.157	2.984
ICMS a recuperar	1.036	1.134
IRRF a recuperar	101	79
Total impostos a recuperar	5.114	4.979
Circulante	4.737	4.214
Não circulante	377	765

9. Propriedades para investimento

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Terrenos mantidos para investimentos	13.678	12.588
Total impostos a recuperar	13.678	12.588

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa especializada e independente em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, e podem ser resumidas como segue:

	Terrenos mantidos para investimentos
Saldo em 31 de dezembro de 2010	12.588
Ganho reconhecido pela valorização dos terrenos mantidos para investimento	2.196
Perda reconhecida pela desvalorização dos terrenos mantidos para investimento	(1.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	13.678

10. Imobilizado

	Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	
Saldo em 31/12/2009 (Reapresentado)	34.944	10.839	62.433	598	506	492	12.321	122.133
Adições	-	8	2.048	104	71	196	3.060	5.487
Baixas	-	-	-	(3)	-	-	-	(3)
Transferências	-	9.086	1.363	10	18	-	(10.477)	-
Depreciação	-	(422)	(5.613)	(121)	(89)	(116)	-	(6.361)
Baixas da depreciação	-	-	-	3	-	-	-	3
Saldo em 31/12/2010 (Reapresentado)	34.944	19.511	60.231	591	506	572	4.904	121.259
Adições	-	9	2.117	343	38	176	3.067	5.750
Baixas	-	-	(1)	-	-	(415)	(501)	(917)
Transferências	8	1.644	2.721	5	15	-	(4.393)	-
Depreciação	-	(572)	(5.591)	(187)	(87)	(132)	-	(6.569)
Baixas da depreciação	-	-	-	-	-	224	-	224
Saldo em 31/12/2011	34.952	20.592	59.477	752	472	425	3.077	119.747

Nas demonstrações a depreciação foi lançada no resultado do exercício conforme segue: R\$6.403 para custos, R\$58 para despesas comerciais e R\$107 para despesas administrativas (R\$6.245, R\$ 54, R\$90, respectivamente, em 2010).

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos.

11. Intangível

	Marcas e patentes	Programas de computador	Total
Taxa anual de amortização	-	20%	
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (Reapresentado)	-	314	314
Adições	-	-	-
Baixas	-	-	-
Amortizações	-	(50)	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (Reapresentado)	-	264	264
Adições	2	119	121
Baixas	-	-	-
Amortizações	-	(31)	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2	352	354

A despesa com amortizações foi debitada ao resultado como R\$24 em “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$1 como “despesas comerciais” e montante de R\$7 como “despesa administrativas” (R\$26, R\$16, R\$8, respectivamente, em 2010).

12. Fornecedores

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Fornecedores de mercadorias	12.440	9.653
Fornecedores de serviços	4.060	3.087
Total fornecedores	16.500	12.740
Aging-list de fornecedores	31/12/2011	31/12/2010
Títulos a vencer	7.067	6.207
Vencidos em até 90 dias	7.239	3.782
Vencidos em até 90 a 180 dias	864	972
Vencidos superior a 180 dias	1.330	1.779
Fornecedores	16.500	12.740

13. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros mensal	Garantias	31/12/2011	31/12/2010
			Reapresentado	
Capital de Giro	1,27%+CDI e 185% do CDI	Duplicata/Hipoteca/Trava	51.656	64.813
ACC		Aval	2.347	3.799
Conta Garantida	2,06%+CDI	Duplicata	8.545	3.482
Empréstimo	0,33% a 0,56% + TJLP	Hipoteca	6.276	7.803
Finame/Finep	0,21% a 0,41% + TJLP	Alienação Fiduciária	6.016	4.814
Financiamentos	1,72% a 1,90%	Alienação Fiduciária	334	809
Leasing	0,66% a 1,74%	Alienação Fiduciária	1.090	1.298
Prodec	4% ao ano		14.726	9.439
Limite	2,7% a 9,4% ao ano		643	-
Total de empréstimos e financiamentos			91.633	96.257
Circulante			61.725	42.566
Não circulante			29.908	53.691

Por data de vencimento

	31/12/2011	31/12/2010
Em até 6 meses	51.573	26.128
De 6 meses a 1 ano	10.152	16.438
De 1 a 2 anos	11.198	27.169
De 2 a 3 anos	8.406	14.894
De 3 a 4 anos	6.414	5.084
Acima de 4 anos	3.890	6.544
Total de empréstimos e financiamentos	91.633	96.257

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2011	31/12/2010
Reapresentado		
Salários a pagar	1.281	1.605
Provisão de Férias a Pagar e 13 salário	4.061	3.515
Encargos Sociais	14.759	9.701
Outros	1.975	1.240
Total obrigações sociais e trabalhistas	22.076	16.061

15. Obrigações tributárias

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
PIS	745	419
COFINS	3.458	1.949
ICMS	5.025	2.777
Outros	146	95
Total obrigações sociais e trabalhistas	9.374	5.241

16. Parcelamento tributário

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
PIS	1.178	587
COFINS	5.479	2.750
ICMS	2.423	3.798
INSS	11.676	7.372
FGTS	211	493
REFIS	457	31
Outros	115	21
Total parcelamento tributário	21.539	15.010
Circulante	6.397	4.727
Não circulante	15.142	10.283

- a) Em consonância com os benefícios estabelecidos pelo Parcelamento Tributário – Lei nº 11.941/09 a Companhia optou pelo parcelamento em 30 de novembro de 2009, onde foram migrados débitos remanescentes do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e débitos tributários e previdenciários não parcelados anteriormente e que estavam sendo discutidos judicialmente. A consolidação do REFIS IV ocorreu em 27/06/2011. O parcelamento será pago em parcelas mensais e consecutivas corrigidas pela Selic com vencimento final para 2011 e 2012.
- b) Os demais tributos foram negociados individualmente com os órgãos competentes e estão registrados para refletir os acordos firmados entre a Companhia e os órgãos e suas parcelas devidamente registradas entre curto e longo prazo.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Prejuízos fiscais (i)	13.743	13.589
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	153	118
Provisão para estoque obsoleto	79	74
Provisão multas e juros (INSS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS)	1.662	322
Provisão para demandas judiciais	631	586
Ativo diferido (Adoção CPC 04 - RTT)	122	205
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(326)	(210)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(18.542)	(19.256)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 – RTT)	(1.567)	(742)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 – RTT)	(3.976)	(3.606)
Reserva de reavaliação	(634)	(718)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(8.655)	(9.638)
Provisão para realização de IR e CS sobre prejuízo fiscal	-	(1.574)
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	(8.655)	(11.212)

(i) Prejuízos fiscais

Companhia apresenta base negativa e prejuízos fiscais de IR e CS a compensar no valor de R\$13.743 (R\$12.015, líquidos da provisão para realização, em 2010). Esses prejuízos se referem a operação da Companhia que apresenta histórico de prejuízos e não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela Companhia, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui crédito fiscal de CSLL e IRPJ sobre crédito sobre base negativa no valor de R\$ 12.015, apurado conforme legislação vigente. A expectativa de realização é a que segue:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2012	492	170	662
2013	503	181	684
2014	716	258	974
2015	907	327	1.234
2016	1.198	431	1.629
2017	1.426	513	1.939
2018	2.043	735	2.778
2019	2.043	735	2.778
2020	780	285	1.065
Total prejuízo fiscal realizável	10.108	3.635	13.743

b) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Prejuízo antes do IR e CS	5.476	5.413
Imposto de renda e contribuição social (34%)	1.862	1.840
Brindes	(55)	-
Propaganda	(125)	-
Multas	(689)	-
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(9)	1
Reversão tributos não contabilizados sobre prejuízo fiscal	1.573	-
Tributos não contabilizados (IR e CS sobre prejuízo fiscal)	-	(1.692)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	2.557	149
Corrente	-	-
Diferido	2.557	139
Alíquota efetiva	46,69%	2,57%

18. Provisão para contingências

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Trabalhista	Cíveis	Total
Salto em 31 de dezembro de 2009 (Reapresentado)	-	1.725	1.725
Constituição de provisões	-	-	-
Reversão de provisões	-	-	-
Provisões utilizadas	-	-	-
Salto em 31 de dezembro de 2010 (Reapresentado)	-	1.725	1.725
Constituição de provisões	130	-	130
Reversão de provisões	-	-	-
Provisões utilizadas	-	-	-
Salto em 31 de dezembro de 2011	130	1.725	1.855
Depósitos judiciais relacionadas	98	85	183
Provisões para contingências, líquidas	32	1.640	1.672

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2011
Ações trabalhistas	1.809
Ações cíveis	1.950
Ações tributárias	2.633
Total de perdas possíveis	6.392

Cabe ressaltar que tais valores tem cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas, ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realizada as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 9.214, sendo composto por 343.000 (trezentas e quarenta e três mil) ações ordinárias escriturais e 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações preferenciais escriturais, totalizando 583.000 ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- Prioridade no reembolso de dividendos, não cumulativos.
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial recebem o lançamento do custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem em complemento a reavaliação dos bens realizada em 1994, pelo valor de mercado.

No exercício 2011 foram realizados o montante de R\$1.574 (R\$1.637 em 2010) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de Lucros Acumulados.

20. Transações e saldos entre partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Adiantamentos aos administradores (Ativo não circulante)	1.301	1.629
Pró-labore (Passivo circulante)	-	442

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Companhia foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

	Membros	31/12/2011	31/12/2010
Conselho de administração	3	1.100	749
Diretoria administrativa	2	1.396	1.161
Previdência privada		5	5
		2.501	1.914

Em 31 de dezembro de 2011 a administração da Companhia era composta por 3 conselheiros e 2 diretores estatutários. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites informados no formulário de referência. Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os parâmetros de mercado.

21. Receita de vendas

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Receita reposição/revenda mercado interno	55.235	52.803
Receita montadora mercado interno	112.249	89.020
Receita mercado externo	19.313	14.951
Receita venda sucata	158	141
Receita operacional bruta	186.955	156.915
(-) Deduções e abatimentos	(2.130)	(2.408)
(-) Impostos sobre as vendas	(41.673)	(35.182)
Receita operacional líquida	143.152	119.325

22. Despesas operacionais por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por Natureza	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Custos dos produtos/serviços vendidos	(107.979)	(90.894)
Despesas com vendas e distribuição	(12.148)	(10.333)
Despesas gerais e administrativas	(6.937)	(7.497)
Outras receitas e despesas	3.406	4.652
Total despesas por natureza	(123.658)	(104.072)

Despesa por função	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Custos dos bens e serviços	(25.118)	(18.803)
Despesa com vendas	(8.118)	(6.792)
Despesa com folha de pagamento	(48.427)	(41.918)
Despesa administrativa	(38.802)	(34.772)
Despesa com depreciação	(6.599)	(6.439)
Outras receitas e despesas operacionais	3.406	4.652
Total despesas por função	(123.658)	(104.072)

23. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Recuperação de receita	2.334	3.793
Receita com venda de ativo imobilizado	38	58
Indenizações recebidas	20	83
Receitas diversas	1.207	720
Despesas diversas	(193)	(2)
Total outras receitas e despesas	3.406	4.652

24. Resultado financeiro líquido

	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Receitas financeiras		
Abatimento dos programas de parcelamento	-	1.917
Variação cambial ativa	3.724	1.389
Empréstimos subsidiados	905	576
Receitas sobre aplicação financeira	121	53
Juros recebidos	100	118
Descontos obtidos	547	37
Outras receitas financeiras	5	5
Total receitas financeiras	5.402	4.095
Despesas financeiras		
Multa e juros sobre empréstimos e financiamentos	(18.858)	(18.897)
Multa e juros sobre impostos	(7.052)	(2.658)
Variação cambial	(3.559)	(1.634)
Descontos concedidos	(34)	(408)
IOF	(407)	(626)
Outras despesas	(462)	(538)
Total despesas financeiras	(30.372)	(24.761)
Resultado financeiro líquido	(24.970)	(20.666)

25. Lucro por ação

A Companhia apresenta o mesmo valor do resultado, básico e diluído, por não possuir ações potenciais diluídas:

	Ordinárias	
	31/12/2011	31/12/2010
	Reapresentado	
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(2.919)	(5.264)
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	343.000	343.000
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	240.000	240.000
Resultado básico e diluído por ação ordinária – R\$	(5,01)	(9,03)
Resultado básico e diluído por ação preferencial – R\$	(5,01)	(9,03)

26. Informação por segmento

Os segmentos operacionais apresentados são consistentes com a informação financeira utilizada para elaborar a divulgação, sendo a mesma revisada pela diretoria responsável pelas decisões operacionais da entidade, que toma decisões sobre recursos a alocar ao segmento e avalia o seu desempenho.

	Reposição		Montadora		Exportação		Total	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
		Reapres.		Reapres.		Reapres.		Reapres.
Receita líquida	35.877	31.263	87.962	73.111	19.313	14.951	143.152	119.325
Custos sobre vendas	24.358	21.539	67.551	55.892	16.070	13.463	107.979	90.894
Prejuízo	999	3.441	(3.727)	(5.393)	(191)	(3.312)	(2.919)	(5.264)

A Companhia não possui controles/informações gerenciais para apresentar ativos e passivos alocados por segmentos.

27. Cobertura de seguros

A Companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas de análise de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. As apólices de seguro são emitidas apenas em Companhias de seguro de primeira linha que possam atender a Companhia nas localidades aonde possuímos operações.

Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pelo valor de mercado conforme tabela FIPE)	Veículos	R\$ 220	De 05/03/2012 a 05/03/2013
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R\$ 96.000	De 20/03/2012 a 20/03/2013